

CAPÍTULO 26

TRABALHADORES, CONFLITOS E SOCIABILIDADES: A COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, EM PAULO AFONSO (BAHIA, BRASIL, 1945-1983)

Jamile Silva Silveira¹

¹ FLUC e CEIS20 – Universidade de Coimbra. E-mail: mileaps@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa compreender a trajetória dos trabalhadores da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e os conflitos sociais na formação de Paulo Afonso (BA/Brasil). O objetivo central desta investigação é analisar os trabalhadores, no processo de aceitação ou resistência, frente ao modelo de intervenção do poder público através da implementação da CHESF. A abordagem transita pelo campo da *história social do trabalho*, com acesso a fontes diversificadas que dialogam com conceitos de *experiência*, *grupos subalternos*, *classe e resistência*. Busca-se ampliar o olhar sobre os trabalhadores em Paulo Afonso, transitando pelo contexto de aprovação do projeto da Companhia (1945), início das obras (1948), inauguração das primeiras usinas (1974), Paulo Afonso I, II e III, e o acirramento dos conflitos sociais ocorridos até a greve de 1982.

Palavras-chave

Trabalhadores, CHESF, conflitos sociais.

INTRODUÇÃO

Guerreiros que enfrentam a batalha,
Firmando os pés na terra da magia
No rosto o suor, são homens combatentes
Que tem nas mãos a força da energia²

Este artigo apresenta os primeiros passos da pesquisa sobre os trabalhadores da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Interessa compreender a organização social urbana da vila operária, a *cultura operária* e as lutas destes sujeitos na história do município, conhecido como *Capital da Energia*³, que se confunde com a trajetória de instalação da CHESF. A proposta surge a partir de diálogo com as

² Trecho do *Hino de Paulo Afonso*.

³ É assim chamado por abrigar o segundo maior Complexo Hidroelétrico do Brasil.

fontes do projeto «Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no sub-médio São Francisco (1968-1994)»⁴.

O desenvolvimento desta abordagem se ancora em arcabouços teóricos sobre o movimento operário no campo da *História Social*, explorando novas fontes e perspectivas de análises, sobretudo na área política, ideológica e econômica. Para Eric Hobsbawm (2000), o estudo da história operária ou dos trabalhadores não deve ser desenvolvido isoladamente do conjunto da sociedade, pois está imbricado de todas as complexidades e conflitos sociais contidos nesta realidade⁵.

A intenção é compreender a dinâmica dos grupos subalternos, suas experiências, a formação de identidade dessa classe, entre seus pares, frente a política hegemônica da CHESF⁶. Sem negar as estruturas clássicas e «formais» de luta, os estudos sobre os mundos do trabalho permanecem sob o desafio da urgência de dar conta de sentimentos e aspectos além do processo de trabalho e da revolta contra a exploração⁷.

Se trata aqui de trabalhadores de uma empresa pública instalada no sertão nordestino em 1948, mas autorizada em 1945, ainda no contexto do Estado Novo, para fornecer energia elétrica a toda região. As obras da Companhia, acompanhadas do discurso do desenvolvimento urbano e industrial, impactaram as relações socioculturais, a paisagem urbana e rural, e sobretudo, o mundo do trabalho.

O marco temporal se inicia em 1945, com a autorização do Governo Federal para sua instalação, atravessando a emancipação de Paulo Afonso enquanto município em 1958 e o regime militar instaurado em

⁴ Desenvolvido em parceria com pesquisadores de outras instituições: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). A posposta é investigar a história e registro da memória das lutas sociais protagonizadas por diferentes grupos de sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras.

⁵ Eric J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a História Operária* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000), 25.

⁶ *Subalterno* é utilizado neste estudo compreendendo que os sujeitos sociais são identificados no processo das relações de poder estabelecidas entre as classes sociais. Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, Vol. 1. (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999), 134.

⁷ Antônio Luigi Negro e Flávio Santos Gomes, “Além de Senzalas e Fábricas: Uma história social do trabalho”, *Tempo Social*, v.18, n 1, São Paulo, junho de 2006, 222.

1964⁸. No avanço das obras da Usina (Moxotó-BA), inaugurada em 1968, identifica-se vestígios diretos de resistência coletiva aos interesses da CHESF, na luta contra a desapropriação e posterior inundação do município de Glória – BA, com mais de 200 anos⁹. Finalmente, o recorte alcança as greves dos operários da CHESF ocorridas em 1979 e 1982, que representam o enfrentamento direto entre os projetos dos trabalhadores e o da empresa.

1. A COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO: ESTRATÉGIAS PARA CONSTRIR O CONSENSO

Entre os séculos XIX e início do XX, o Estado brasileiro e as classes dominantes estabeleceram uma estreita relação com o capital internacional, buscando recursos para o rápido desenvolvimento da nação, apostando em modelos industrializantes que trariam o crescimento para a economia¹⁰. Essa transformação, aliada a industrialização e urbanização das grandes cidades, era impulsionada pelo setor cada vez mais estratégico em escala mundial: produção de energia elétrica¹¹.

Consonante a este movimento, no Brasil foram realizados diversos estudos sobre o aproveitamento energético do rio São Francisco, quando foi constatada, na década de 1920, a viabilidade de instalação de hidroelétricas que impulsionaria a industrialização da região Nordeste. Para implementação dessa política, na Constituição Federal de 1934, governo de Getúlio Vargas, foi instituído o Código de Águas, que regulamentava a utilização hídrica das bacias do território brasileiro,

⁸ Paulo Afonso como Área de Segurança Nacional, tem a instauração da sede do Serviço Nacional de Inteligência (SNI).

⁹ Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, *50 Anos de CHESF: 1948-1998* (Rio de Janeiro: Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, 1998).

¹⁰ Sônia Regina de Mendonça, *Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento* (Rio de Janeiro. Graal, 1986).

¹¹ Alexandre Macchione Saes. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)* (São Paulo: EDUSC, 2010), Capítulo 5.

inclusive a do Rio São Francisco¹². Foi criado, também, o Instituto de Obras Contra a Seca e a Fundação de Obras Contra a Seca no Vale do São Francisco (IOCS/FOCS).

O projeto CHESF foi alicerçado na experiência da Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos, que transformou em pouco tempo o Vale do Tennessee em uma potência agroindustrial¹³. O sucesso da TVA é expressamente citado nos discursos, emendas, debates, depoimentos, projetos e documentos legislativos ao longo da década de 1940, constando em alguns documentos, transcrições de depoimentos do então presidente Roosevelt, criador do *New Deal*, sobre o assunto¹⁴. Esse alinhamento de interesses entre o Estado brasileiro (Governos de Getúlio Vargas e Dutra), e os EUA esteve presente, também, nos acordos e financiamentos do maquinário e instalação da Companhia¹⁵.

A configuração de vila operária instalada pela CHESF em Paulo Afonso é um padrão presente em diversos países, construídos por empresas públicas ou privadas. Na Europa existem experiências expressivas, como os casos da Catalunha em Espanha e Le Creusot em França. Dentre as experiências portuguesas, nos séculos XIX e XX, o caso mais emblemático é o da Companhia União Fabril (CUF), criada em 1898, que instalou a primeira fábrica no Barreiro em 1908. Além dos projetos de habitação operária implementados, a história destes trabalhadores também revela uma forte mobilização social, organização, resistência e luta¹⁶.

¹² Brasil, *Código de Águas*, Decreto n.º 24.643, 10 de julho de 1934. Livro III - Forças Hidráulicas – Regulamentação da indústria Hidroelétrica.

¹³ Hudolf Häuptli, “*Chesf: Fase pioneira duma companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil*” (Dissertação de Metrado em História Geral, Instituto Politécnico de Zurique, 1993).

¹⁴ Brasil, *Aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso* (Ministério da Agricultura, 1944); BRASIL, *Aproveitamento do Vale do São Francisco e Construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso* (Ministério da Agricultura, 1945).

¹⁵ Francisco Corsi, *Estado Novo: política externa e projeto nacional* (São Paulo: UNESP, 2000).

¹⁶ Pretende-se aprofundar posteriormente o estudo e aplicação do padrão *Company Town* na Europa e América Latina, com análise comparada à realidade de Paulo Afonso, compreendendo o processo de aceitação ou resistência dos trabalhadores a esses projetos, respeitando as especificidades de cada experiência. Referências importantes: Raquel Varela, Marcelo Badaró Mattos, e P. Terra, (Orgs.), *História das Relações de Trabalho: Brasil e Portugal em Perspectiva Global* (Rio de Janeiro: Consequência, 2017); Miguel Figueira de

No caso brasileiro, temos alguns exemplos de *Company Town*, como da Companhia de Tecidos Paulista, em Paulista-PE¹⁷, da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda-RJ¹⁸ e a Multinacional de Alumínio Canadense Alcan, em Porto Trombeta-AM¹⁹. Ao pensar as vilas operárias, José Sergio Leite Lopes estuda a relação de dominação da fábrica, que se estende do campo da produção à disciplinarização do trabalhador, alcançando os seus espaços cotidianos²⁰. Desse modo, o processo de controle extravasava o ambiente do trabalho e penetrava a esfera doméstica, no qual, o trabalhador era classificado de acordo com sua função hierárquica em todos os espaços de produção e reprodução da sua condição humana e suas relações.

Seguindo o padrão *Company Town*, as instalações da CHESF foram iniciadas em Forquilha, distrito de Santo Antônio das Glórias-BA, que margeava a grande cachoeira do rio São Francisco, uma das maiores do Brasil. Sua localização, divisa de três estados (Bahia, Alagoas e Sergipe), geralmente garantia passagem a quem atravessava o sertão²¹. Existiam poucos moradores em casas de taipa quando, em 1945, foi

Faria, José Amado Mendes, (Orgs.), *Actas do colóquio internacional industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro* (Lisboa: EDIUAL, 2010).

¹⁷ José Sergio Leite Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés* (São Paulo: Marco Zero, 1988).

¹⁸ André Franklin Palmeira, *A Nova Face da Cidade do Aço: Crise do capital, Trabalho e Hegemonia em Volta Redonda (1992-2008)* (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2012).

¹⁹ Frank Meyer, “Cidades-empresa numa cadeia produtiva transnacional: dimensões sociais e ambientais da produção de alumínio em Porto Trombetas, Brasil, e Årdal, Noruega”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, 107-127.

²⁰ Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*, Capítulo 1: O Aliciamento direto de trabalhadores pela Companhia: A incorporação Modelar da força de Trabalho na Vila Operária, 39-58.

²¹ Nos registros sobre o povoamento da região, conta que o mesmo ocorreu de maneira efetiva por volta do século XVII, no período nominado “Ciclo do Gado”, com os criadores que estabeleceram mais de 500 currais no interior da Bahia. Ali já havia a presença de diferentes povos indígenas. Devido às inserções de Garcia D’Ávila no Nordeste, que se deslocou do litoral da Bahia ao Piauí, surgiram as primeiras vilas as margens do rio São Francisco. Assim, “eram deixadas dez novilhas, um touro e um casal de escravos”, nominados barranqueiros. Os negros assumiam a função de vaqueiros e a formação de latifúndios se expandia. Ver: Antônio Galdino da Silva, *Paulo Afonso e sua história em Revista*. (Paulo Afonso: Speedgraph, 2016), 18.

autorizado o aproveitamento energético na localidade²². O cenário em 1948 passou a se agitar com a chegada de toneladas de material importado, para a construção da Usina Piloto, e os moradores viram sua rotina se modificar radicalmente.

No Acampamento CHESF foram construídos alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros, altos funcionários e para famílias de operários. Na Vila Operária, correspondendo a *Company Town*, as moradias eram específicas (casa tipo C, D, E e O), assim como os ambientes de sociabilidade, de acordo com a hierarquia estabelecida na empresa.²³

Muitos que chegaram, na esperança de trabalhar na Companhia, não foram absorvidos nas moradias oficiais. Chamados de *cata ossos*, estes construíram um novo bairro, conhecido como Vila Poty. Relatos afirmam que “na cidade oficial, com telefone, piscina, luz e conforto moram 3.000 pessoas. Do lado de fora ‘do arame’ se amontoam 13.000 párias em barracos, sem água, sem roupa e comida”²⁴. Sem recursos para a construção de casas, esses sujeitos utilizavam o que encontravam, inclusive os sacos de papel do cimento da fábrica Poty, descartados durante as construções, madeira e estruturas de zinco²⁵.

A empresa construiu uma cerca de arame farpado, delimitando a área de ação da CHESF, garantindo a segurança dos moradores e de seu patrimônio, as histórias de violência na Poty, levaram a

²² BRASIL, *Decreto n. 8.031*, de 3 de outubro de 1945.

²³ Cecília Maria Bezerra de Oliveira, “Educação, Estratégia do Poder: SPEI-Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, as Doutrinas de Segurança Nacional na área de ensino” (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade Internacional de Lisboa, 2005), 127-129.

²⁴ “O Cruzeiro”, edição de 03 de janeiro de 1953. Antônio Galdino da Silva, *De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e Memórias de Pioneiros* (Paulo Afonso: Fonte Viva, 2014), 54.

²⁵ Thales de Azevedo, em 1950, descreveu a Vila Poty como uma “boom town, que ali surgiu há pouco mais de um ano com barracas feitas de sacos de cimento e hoje é um aglomerado heterogêneo de ranchos de palha, de pano, de zinco, de táboa e casas de sopapo, de adôbo e uma quinta parte de tijolo, forma em relação a Forquilha um contraste com todas as características numa situação experimental, criada para estudo de estruturas e relações sociais em desenvolvimento”. Thales de Azevedo, “Uma grande experiência social em Paulo Afonso”, *Administração Pública*, Departamento do Serviço Público do Estado da Bahia, Salvador, ano II, nº IV, vol. I, 1950, 16.

direção da empresa a substituição das estacas de madeira por estruturas de concreto, e em seguida, por um muro de pedra e arame farpado com aproximadamente 1,5 m de altura, apelidado de “o muro da vergonha” numa alusão ao muro de Berlim. A existência do muro barrava o fluxo de informações entre os bairros, a preocupação da direção da CHESF em transmitir para seus funcionários uma educação cidadina, acompanhada de uma padronização comportamental²⁶.

O cinema foi um dos instrumentos significativos neste momento, transmissor do discurso hegemônico que justificava todas as ações da empresa. Foram produzidos diversos filmes, inicialmente em 1949, retratando a importância da CHESF para o desenvolvimento do país, exibidos na maior parte dos municípios e, inclusive, no Clube Operário e no Clube Paulo Afonso (dos engenheiros da Companhia)²⁷.

Apesar da existência do muro, em 1958 o Município de Paulo Afonso foi emancipado e com seu crescimento surgem reivindicações por melhorias sociais. Mas o domínio, inclusive territorial da CHESF, perdurou ainda durante muitos anos. Somente na década de 1980 o muro foi derrubado e as guaritas desativadas, apesar da CHESF continuar administrando o acampamento até 2002, quando a prefeitura se torna responsável pela área.

2. OS TRABALHADORES DA CHESF: HEGEMONIA E CONFLITOS

Geralmente, o conceito *classe* é utilizado em sentido estático – pré-construído – que se adequa abruptamente a uma realidade ou fenômeno

²⁶ André Oliveira Pereira de Souza, “*Paulo Afonso: Um muro, duas cidades*” (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe, 2002), 08.

²⁷ Produzidos pela AGÊNCIA NACIONAL, do Cine Jornal Informativo, foram gravados 7 vídeos: *Cachoeira Paulo Afonso*; Parlamentares brasileiros em visita à grande fonte de energia hidráulica; *O Rio São Francisco*; *Águas do Presente e do Futuro* (1976); *Hidro-Elétrica do São Francisco*; *A Criação da CHESF*; *Uma Nova Abolição*; e *O Lago Imenso do Progresso*. Disponibilizados em: <https://www.youtube.com/watch?v=ICEcP9GBYAA&t=317s>

social específico, como algo divino, que pode ser utilizado para explicações reais, humanas. Ao aprofundar o estudo, localiza-se a classe enquanto relação social, formada por sujeitos históricos, conscientes ou não, com experiências de conflitos e lutas que surgem através das relações de produção²⁸. Para a tessitura desses conflitos é necessária a compreensão inicial das condições de vida dos trabalhadores e suas experiências organizativas.

Ao percorrer os caminhos de elaboração das experiências dos trabalhadores, Thompson (2001) afirma que é «essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “à reboque”, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações»²⁹. Assim, faz-se necessário analisar as classes, suas relações sociais e culturais, enquanto elementos fundamentais para o projeto de desenvolvimento da CHESF. *Experiência* pode ser compreendida como todas as ações do indivíduo e o sentido a elas atribuído, ocupando lugar central na dinâmica de reprodução social. «Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam»³⁰.

Ao relacionar *Experiência* e *Expectativa* à história, Koselleck (2006) afirma que o afastamento entre o passado (experiência) e o futuro (expectativa), na modernidade, é que possibilita o surgimento do *progresso/tempo novo* na cultura dominante³¹. Desse modo, é preciso percorrer caminhos para identificar brevemente algumas experiências dos trabalhadores em Paulo Afonso e a propagação de ideias nacional-desenvolvimentistas.

Tendo em vista que «todo processo de industrialização é necessariamente doloroso, porque envolve a erosão de padrões de vida

²⁸ Ellen Meiksins Wood, *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (São Paulo: Boitempo, 2003), 78.

²⁹ Edward P. Thompson, *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001), 208.

³⁰ Edward P. Thompson, *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981), 16.

³¹ Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006), 314.

tradicionalis»³², aqueles que conseguiram ingressar nas frentes de trabalho da CHESF enfrentaram essas transformações. Eram trabalhadores rurais ou ainda pequenos comerciantes e artesãos, que enfrentaram esse distanciamento entre experiência e expectativa, construindo novos padrões de sociabilidade³³.

Uma das políticas do projeto CHESF era o custo mínimo com mão de obra. Assim, 95% dos operários contratados não tinham qualificação, eram de «origem regional, do sertão e do agreste, alguns de cidades litorâneas, como Maceió, Aracaju e João Pessoa, mas só uma porcentagem mínima era dos grandes centros Recife e Salvador. A maioria era constituída de pessoas da classe mais baixa, sem propriedade»³⁴. Observamos essa realidade, em diversos relatos, como o exemplo do operário João Felinto: «Trabalhei por fora uns tempos, no campo. [...] No túnel pagava 4 mil réis a hora, aí eu fui pra lá trabalhar. [...] Eu não tinha trabalhado com martelo, foi a primeira vez. Aprendi mais os meninos o serviço foi buraquemo de túnel abaixo. Furemos 21 túnel»³⁵.

Estes eram chamados de Cassacos, que também se aglomeravam nas moradias da Vila Porty, que abriram os caminhos, atravessando as correntezas do rio, quebrando pedras para a construção das barragens. Na década de 1950, os Cassacos estavam presentes, em boa parte do

³² Edward P. Thompson *A formação da classe operária inglesa*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987), 2 v, 342.

³³ Sobre essa função do migrante-operário, Antônio Luigi Negro analisa esse fenômeno na indústria automobilística, onde identificou o processo de proletarização de diversos nordestinos. Diante do fluxo dos migrantes às fábricas, o mesmo questiona: “Como se comportariam na empresa, nos sindicatos e na política? Questão pertinente, também, para este projeto. Antônio Luigi Negro, “Zé Brasil foi ser Peão: Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística”. In: Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva, e Alexandre Fortes (Orgs). *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. (Campinas: Editora da Unicamp, 2004), 412.

³⁴ Hudolf Häuptli. “Chesf: Fase pioneira duma companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil”. 82.

³⁵ Relato de “João Felinto”, realizado em abril de 2006, pelo pesquisador Sérgio Luiz Malta de Azevedo. Sérgio Luis Malta Azevedo, e Sandra Muccini, “Período Pioneiro da Hidrelétrica de Paulo Afonso-Ba: Uma Contribuição a Historiografia de base local e regional”, *Revista Rios*, ano 1, n 1, agosto 2007, 80.

Nordeste, nas obras do Poder Público, onde se submetiam a condições de trabalho árduas e precárias³⁶.

Morreu muita gente. Nas secadeiras pra sair aqui. Tudo bruto, caía no rio quem era que achava? Tinha uns cabos de aço balançando, o cabra escapolia [...] o cabra sem entender de nada ia embora. Aí com tempo, o quartinho cheio de documento. Chegaram aqui tudo sem documento, entraram aí que nem bode, aí daí a muito tempo disse que o quartinho pegou fogo, mas aquilo foi incendiado de gente que tem. Arrancava unha e tudo mais. Quem trabalhava com martelo... serviço de martelo é serviço de doido. Já viu um martelo? Ah! Martelo é uma máquina grande assim. Fura 4 a 5 metros de chão a dentro. Trabalhando pegado. Ele balança o cabra todinho, quem tiver medo se acaba. E os ouvidos? Eu não ouço mais hoje, só se falar alto perto deus. Já com 20 e tantos anos, ainda hoje ta a zuada dentro dos ouvidos, eu martelando. Eu me deito eu ouço direitinho. Trabalhava 12 horas por dia. Era doze horas e largava em cima da hora. Trabalhei 18 anos com martelo³⁷.

Somente em 1978 foi criada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) pois, até o período, os equipamentos eram chapéu de palha e sandália japonesa, em um local isolado e com pouca estrutura. Assim, havia dificuldade para recrutar trabalhadores qualificados, apesar dos «atrativos» ofertados pela CHESF (casas, bons salários, educação, opções de lazer etc.). Neste contexto, os discursos sobre o Nordeste, enquanto local atrasado e pobre, também intimidava³⁸.

Na ausência de mão de obra qualificada, o aprendizado era concebido na «experiência da função» e muitos assumiram cargos de «Chefe de seção», por serem estrangeiros, refugiados de guerra, a

³⁶ Lara Vanessa de Castro Ferreira, “*Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)*” (Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2016).

³⁷ Relato de “João Felinto”. Sérgio Luís Malta Azevedo, e Sandra Muccini, *Revista Rios*, 81.

³⁸ Durval Muniz de Albuquerque Jr., *A invenção do Nordeste e outras artes* (São Paulo: Cortez, 1999).

maioria europeus. Chegaram 30 homens do Rio de Janeiro, instaladores elétricos e mecânicos, que afirmavam ser engenheiros para conseguir o posto de trabalho. Posteriormente, a presença dos estrangeiros como chefes dos brasileiros começou a gerar conflitos e muitas demissões³⁹.

Na década de 1970, os conflitos sociais ganharam expressividade diante da desapropriação dos moradores dos bairros mais carentes da Vila Poty: Riacho de Grito, Gangorra, Bairro da Lagoa e Bairro do Forno, para a construção das barragens. O Bairro da Lagoa foi o primeiro. «Após promessas de relocação das famílias em 1970 e 1971, em um domingo, a CHESF mandou de madrugada os tratores derrubarem os barracos. O lugar destinado para as famílias irem era o Mulungu, próximo à Polícia Federal. Não tinha nada na área e era período de seca». Muitas denúncias foram feitas «Aí se contratou uma empresa para construir os primeiros barracos. Nomearam de Bairro Tancredo Neves (BTN)»⁴⁰. Famílias ficaram acampadas durante meses embaixo de árvores pela cidade, pois não tinham moradia. «Há indícios de aumentos de ataques cardíacos, alguns seguidos de morte, e de suicídios»⁴¹.

O discurso sobre a *violência* é constante. «Do lado da secadeira do rio pra sair aqui no túnel, era toda hora, era toda hora acontecia. Matava gente que só bode aqui fora. Matava brigando. Vieram os primeiros, aí voltavam com medo. Tava matando gente que só bode»⁴². Na CHESF, uma das formas de violência se apresentava através dos frequentes acidentes de trabalho. Fora das obras, são citados «bandidos» que provocavam brigas, furtos e assassinatos. Compreender essa prática da violência pode ser um fio importante para tecer as estratégias de resistência desses trabalhadores frente à relação de poder da CHESF,

³⁹ Na década de 1960 um dos engenheiros-chefes, o russo Ivanov, saiu da Chesf e propôs outro estrangeiro para assumir seu posto, o que provocou uma grande campanha pela contratação de chefes nacionais. Os estrangeiros também não aceitavam chefes nacionais, tendo como resultado muitas demissões. Hudolf Hãuptli. “Chesf: Fase pioneira numa companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil”, 90.

⁴⁰ “A Chesf nunca foi boazinha. Tudo que ela fez foi fruto de pressões da luta popular”. Relato “Alcides Modesto Coelho”, entrevista realizada em 15 de abril de 2011, Acervo *Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no sub-médio São Francisco (1968-1994)*.

⁴¹ Juarez Duarte Bonfim, “Movimentos Sociais e Trabalhadores do Rio São Francisco”, *Scripta Nova*, nº 45, Universidade de Barcelona, 1999.

⁴² Relato de “João Felinto”. Sérgio Luís Malta Azevedo, e Sandra Muccini, *Revista Rios*, 82.

que podem se apresentar através dos discursos, público e privado, ou em padrões de comportamento reproduzido nessas relações sociais. A ideia aqui de *Resistência* pode ser compreendida como uma estratégia de sobrevivência estabelecida nas relações de poder⁴³.

Apesar de um dos instrumentos civilizatórios ser o fornecimento de uma assistência religiosa, como apaziguador de tumultos e redução da criminalidade, representações da igreja católica tiveram papel ativo nestes conflitos junto aos grupos subalternos, como a dos Padres Alcides Modesto, Mario Zanetta⁴⁴ e Lourenço⁴⁵.

A influência cristã estava presente no processo de lutas por justiça social, principalmente no momento que as obras avançam e as primeiras casas são desapropriadas. Assim, surgem reações dos trabalhadores rurais da região que iniciam sua atuação política organizada na estrutura sindical. Os eletricitários também se organizaram, vinculando sua atuação a sub-sede do Sindicatos dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA), e em 1979 e 1982 realizam duas greves de forte impacto na produção de energia na região. Em 1982, a CHESF tinha equivalente a 15% da produção nacional de energia elétrica, que atendia toda região Nordeste, parte do Pará e Minas Gerais, com 3.300 operários localizados em Paulo Afonso.

As mobilizações, tendo como pautas principais a estabilidade no emprego e melhorias salariais, foram duramente reprimidas pela ação militar e pela direção da Companhia, principalmente porque sua «arma» de luta mais eminente era o *black-out*.⁴⁶ Sobre a assembleia de 1982, que discutia o andamento das negociações com a Chesf:

⁴³ Scott afirma que a resistência é uma estratégia de sobrevivência estabelecida nas relações de poder, e que se faz importante compreender como esse poder se apresenta nas relações cotidianas. James C Scott. *Os dominados e a arte da resistência: Discursos ocultos* (México: Ediciones Era, 2000).

⁴⁴ Vem a se tornar Bispo posteriormente, ficando conhecido como Dom Mário Zanetta, exercendo um papel importante junto as comunidades mais carentes em toda região.

⁴⁵ Padre Lourenço e Padre Mario Zanetta eram italianos e chegaram juntos a Paulo Afonso em 1969. Mas o primeiro faleceu poucos anos após a chegada, em 1973, em um choque entre sua moto e um caminhão que transportava material para a construção da barragem da CHESF.

⁴⁶ Marcelo Badaró Mattos, *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil* (São Paulo: Expressão Popular, 2009), 119-120.

[...] Os eletricitários estão concentrados na porta do sindicato e ao longo da rua São Francisco. São três mil operários. Vão decidir a greve na Chesf. [...]

Um pequeno operário pede para falar: - Fizemos tudo, demos tudo e a Chesf não dá nada A empresa não respeita a gente. Então tá na hora de decidir.

Zé Grande pede para falar: - Não adianta querer enganar a nós mesmos. A diretoria da empresa deixou a gente encurralado. Ou botamos o rabo entre as pernas ou levamos a luta adiante.

O último orador é nazareno. Faz silencio absoluto na rua São Francisco. - A Chesf pensa que trabalhador deve ser pisado. Os coronéis da Chesf vão saber que trabalhador tem força. Então, o que devemos fazer para acabar com a intransigência da empresa?

A massa grita em coro: «parar, parar, parar».

- A partir de agora braços cruzados, maquinas paradas⁴⁷.

Em 1982, com a participação do padre Alcides Modesto, foi criada a Liga Social Católica e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco, com sede em Petrolândia-PE, mas com atuação constante junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Afonso e mais 12 municípios, pois dentre seus objetivos estava o «apoio a 7 mil famílias de trabalhadores rurais da região que seriam atingidos pela construção da barragem de Itaparica» e apoio aos operários da construção civil⁴⁸.

⁴⁷ Otto Filgueiras, *CHESF em alta tensão: A greve proibida* (Salvador: Gráfica LJM, 1983), 33-34.

⁴⁸ Dentre os seus projetos em desenvolvimento, o documento revela como principal “Organização e mobilização das comunidades, assessoria aos sindicatos”. Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco. *Perfil do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco*. 26 de agosto de 1986; Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco. *Ata da Assembleia de Fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco*. 05 de dezembro de 1982. Acervo *Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no sub-médio São Francisco (1968-1994)*.

A diversidade de frentes de luta revela o caráter heterogêneo dos grupos subalternos em Paulo Afonso, que nem sempre utilizaram os sindicatos como instrumentos expoentes de luta no processo de embates sociais por reivindicações. Assim, esta análise discorre sobre os limites da ação, as rupturas e continuidades, conflitos e conciliações, no interior dos grupos subalternos e do poder do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação das empresas estrangeiras de produção energética e o Estado brasileiro, do final do século XIX e início do XX, é recheada por tensões e consensos durante a elaboração de projetos que alinhavam industrialização e modernização dos grandes centros urbanos em desenvolvimento. A CHESF e Paulo Afonso nascem desse movimento nacional e internacional, dinamizando essas transformações e atendendo os interesses de grupos econômicos.

A intenção da pesquisa é reconhecer os conflitos apresentados neste artigo, compreendendo os trabalhadores neste cenário político, cultural e econômico e seu protagonismo frente ao projeto CHESF. Desse modo, será ampliada a leitura das fontes, principalmente no campo da memória, compreendendo seu caráter *social*, no qual os indivíduos, a partir de uma apropriação singular, apresentam traços de uma experiência coletiva, salutar ao campo de análise dos grupos subalternos.